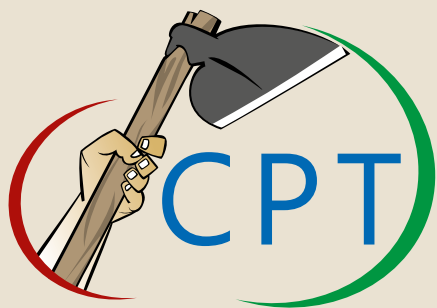




PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Abril a Junho de 2018

Ano 43 – Nº 234

Vidas massacradas: 71 mortes no campo, sendo 31 em massacres. Voltamos à década de 1980?

Pags.: 8 e 9



*Agentes da CPT realizam
Encontro Nacional
de Mulheres*

Pág.: 7

EDITORIAL

Não se pode ter medo do deserto

Na audiência pública realizada na Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, no dia 13 de junho deste ano, Dom Leonardo Steiner, secretário-geral da CNBB, comentando a avalanche das situações que chegam à CNBB para pedir apoio da entidade e para as quais não se veem saídas, ele concluiu que apesar de tudo não se pode, de forma alguma, perder a esperança, não se pode ter medo do deserto.

Realmente vivemos hoje uma situação de deserto, de uma aridez sem tamanho. Crescem as agressões aos direitos humanos, cresce assustadoramente a violência tanto no campo quanto na cidade, crescem as agressões contra os que não compactuam com o mesmo modo de ver e ler a realidade e, parece, não se veem saídas seguras para estas situações. Não nos podemos furtar à travessia do deserto. É preciso enfrentar para encontrar o oásis que fortalece a caminhada na direção de uma terra onde a natureza rompe cheia de verde e de vida.

Nesta travessia pelo deserto, neste 2018, nos defrontamos com a prisão do Padre Amaro, de Anapu (PA). Uma prisão absurda na qual os promotores da violência se apresentam como vítimas de perseguição do padre. E o judiciário, tanto em primeira instância, quanto o Tribunal de Justiça, sem nenhuma prova concreta, alicerçados somente nas falas dos fazendeiros acata a denúncia e mantém o padre preso.

E essa travessia do deserto vem de longe, como o atestam os dados dos Conflitos e da Violência no Campo em 2017, que a CPT lançou no começo de junho. São os assassinatos que se multiplicam, com uma crueldade sem tamanho que se observa na sequência de massacres que aconteceram nesse ano. São as agressões e ameaças que invadem 2018, como as sofridas por famílias sem-terra em São João do Araguaia, PA, espancadas e torturadas, não se respeitando nem crianças. “Os pistoleiros dispararam suas armas próximo ao ouvido de duas crianças gêmeas de 3 meses de idade para aterrorizar sua mãe. Atiraram em redes com crianças dentro, além de derrubarem e pisotear crianças no chão”. E o caso do casal de agricultores Osvalinda e Daniel Pereira, em Trairão (PA), que encontraram no seu lote duas covas abertas encimadas por uma cruz, anunciando o que as esperaria caso continuassem sua luta.

Mas, apesar de tudo, o deserto está sendo atravessado como se pode ver quando o acampamento Frei Henri des Roziers, em Curionópolis, recebeu as cinzas deste frade que sempre apoiou o trabalho e a luta dos sem-terra e onde uma frondosa castanheira que ele gostava de admirar, secou e caiu no dia seguinte à sua morte e se tornou uma ponte que facilitou a vida das pessoas para irem às roças. O deserto está sendo atravessado quando, na comunidade camponesa Gostoso, no município de Aldeias Altas (MA), 400 lideranças se reúnem para partilhar suas histórias de luta e para fortalecer a comunidade que enfrenta o poderio de uma grande empresa.

Travessia que continua quando a CPT em sua Assembleia reafirma a importância da história para se pensarem pistas para o futuro, pois “a história é um campo dos sinais da salvação, dos sinais da esperança. A história é o lugar teológico da esperança”. Travessia que continua quando as mulheres da CPT, reunidas refletem sobre as três dimensões fundamentais do nosso corpo, o corpo social, o corpo pessoal e o corpo do mundo.

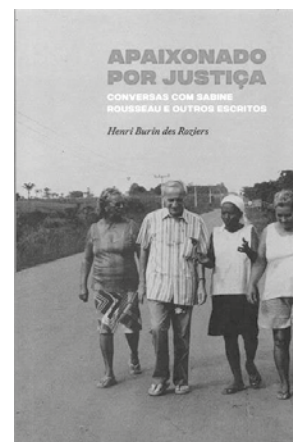
Travessia que se fortalece quando os movimentos populares se encontram no Fórum Alternativo Mundial da Água, FAMA, afirmando que Água é Direito, não mercadoria, em contraposição ao oficial Fórum Mundial da Água.

Isso nos diz que, na verdade, não se pode ter medo do deserto. Com muita determinação e coragem é preciso atravessá-lo.

Boa leitura!



“Apaixonado por Justiça”



“Vocês acham que conhecem o Henri?”, indagou, em abril deste ano, para todos e todas presentes no Acampamento Frei Henri, Frei Xavier Plassat, confrade de Henri e membro da CPT Araguaia-Tocantins, que apresentou o livro “Apaixonado por Justiça” ao povo. Publicado originalmente na França, a obra foi traduzida e adaptada para a língua portuguesa por Xavier, Carolina Motoki e Igor Rolemberg, tendo sido lançado em abril deste ano. Formado em Letras e Direito e ordenado frade dominicano, Henri Burin des Roziers faleceu no dia 26 de novembro de 2017, quando a tradução e adaptação da obra ainda estavam no prelo. Estabelecido na região de Xingua-ra, Frei Henri – francês naturalizado brasileiro – atuou como advogado da CPT, defendendo pequenos trabalhadores rurais e lutando contra o trabalho escravo. “Apaixonado por Justiça: Conversas com Sabine Rousseau e outros escritos” é a versão traduzida e adaptada do livro “Comme une rage de justice”, publicado em Paris no ano de 2016.

“Tiririca dos Crioulos: um quilombo-indígena”

Chega à segunda edição a publicação “Tiririca dos Crioulos: um quilombo-indígena”. Com 60 páginas, o livro é composto por desenhos, fotografias e mapas que abordam as questões territorial e cultural da comunidade Tiririca dos Crioulos, situada no município de Carnaubeira da Penha, sertão do Pernambuco, aos pés da Serra de Arapuá. Construindo uma narrativa sobre a história da Comunidade, a obra aborda as origens dos primeiros moradores do Tiririca dos Crioulos. Conforme descreve o prefácio do livro “Esse livro é parte de um processo de ‘pesquisa em si’(...) As (re)descobertas explodiram, proporcionando o reconhecimento de potencialidades e a inserção de crianças e jovens nesse processo de ensino-aprendizagem, de gestão compartilhada do seu patrimônio”. A obra é resultado de um processo de criação colaborativa, que envolveu diversos membros da comunidade. A concepção ocorreu após uma série de oficinas de formação, que permitiram à comunidade o protagonismo sobre a contação da própria história.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom André de Witte

Vice-presidente
Dom José Ionilton

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Isolete Wichinieski
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques (Reg. Prof.: 0003705/GO)
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0005157/GO)
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO



ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

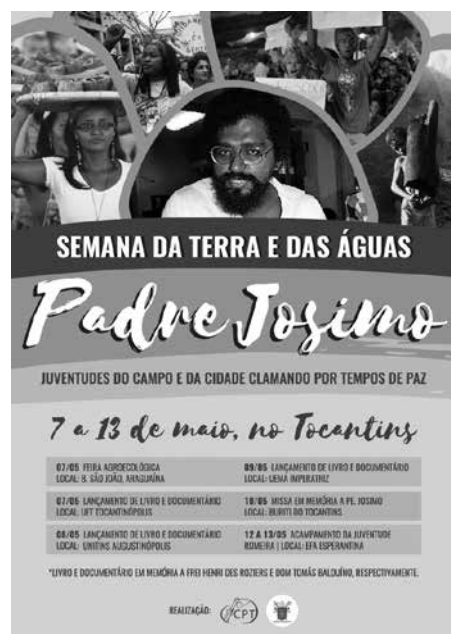
Informações cpt@cptnacional.org.br
Tiragem: 3.750 exemplares



Semana da Terra e das Águas Padre Josimo celebra juventudes do campo e da cidade

A tradicional Semana Social da Terra e das Águas Padre Josimo fez memória, neste 2018, aos 32 anos do assassinato de Padre Josimo. Em 10 de maio de 1986, a mando de fazendeiros da região do Bico do Papagaio, extremo Norte do Tocantins, um pistoleiro baleou e matou Josimo pelas costas no então escritório da CPT Araguaia-Tocantins, em Imperatriz (MA). Diversas atividades foram realizadas entre os dias 7 e 13 de maio em memória à luta de Padre Josimo junto aos povos da terra e das águas, dentre elas o III Acampamento da Juventude Romeira. O encontro ocorreu nos dias 12 e 13 de maio, com oficinas sobre agroecologia, comunicação popular e conjuntura política.

Durante a Amostra Agroecológica, famílias camponesas de diversas comunidades da região apresentaram ao público, no dia 7 de maio, alimentos de produção própria, como farinha de puba, abóbora, macaxeira, arroz, feijão, fava, pimenta, batata, quiabo, banana, maracujá, limão, além de promoverem a troca de sementes. Na programação da Semana estavam atividades como o lançamento do livro “Apixonado por Justiça”, de autoria do frade dominicano Henri des Roziers, bem como o lançamento do documentário “O Voo da Primavera”, em homenagem à vida de luta junto aos povos indígenas, quilombolas e camponeses de Dom Tomás Balduino, igualmente frade dominicano, falecido em 2014, aos 91 anos. (Fonte: CPT Araguaia – Tocantins)



Famílias sem-terra sofrem ataques e são torturadas por pistoleiros no Pará

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciou, no dia 7 de maio, uma sessão de tortura sofrida por dez famílias sem-terra acampadas. O ataque aconteceu no dia 4 de maio. De acordo com a CPT no Pará, quatro pistoleiros “fortemente armados” e encapuzados sequer pouparam as crianças. “Durante quase uma hora os trabalhadores foram vítimas de uma sessão de torturas da qual nem as crianças foram dispensadas. Os adultos foram espancados a golpes de paus, facões e coronhadas. As marcas ficaram espalhadas pelos corpos dos trabalhadores. Os pistoleiros dispararam suas armas próximo ao ouvido de duas crianças gêmeas de 3 meses de idade para aterrorizar sua mãe. Atiraram em redes com

crianças dentro, além de derrubarem e pisotearam crianças no chão. Uma das mães que estava grávida, que também foi pisoteada e teve sangramento”, diz a nota da entidade.

Após a sessão de torturas, os pistoleiros colocaram fogo nos barracos dos agricultores com tudo que estava dentro. Além dos pertences, documentos pessoais de alguns dos agricultores também foram queimados. Dois trabalhadores que chegaram ao acampamento no momento da sessão de terror, retornaram correndo sob tiros disparados pelo grupo armado. Todos foram obrigados a subirem na carroceria das duas caminhonetes, com a roupa do corpo, sendo abandonados na Vila Santana, localizada às margens da Rodovia Transa-

mazônica, a cerca de 30 km do local do acampamento”.

Entenda o caso

O grupo de sem-terra junto a outras famílias foram despejados em janeiro desse ano da Fazenda Esperantina, de propriedade da siderúrgica SIDENORTE Marabá, por ordem do juiz da Vara Agrária de Marabá (PA). Sem ter para onde ir, esse grupo de famílias decidiu acampar às margens do Rio Araguaia, a cerca de 10 km dos limites da fazenda. Mesmo longe dos limites da propriedade, os pistoleiros não deixaram de perseguir as famílias. A ordem dada pelos pistoleiros foi para que as famílias fossem para o Tocantins e não ficassem mais no estado do Pará.

Acampamento Terra Livre 2018, em Brasília

Com o tema “Unificar as lutas em defesa do Brasil Indígena – Pela garantia dos direitos originários dos nossos povos”, o Acampamento Terra Livre (ATL) ocorreu em um contexto visto pelo movimento indígena nacional como o maior ataque aos direitos indígenas desde a promulgação da Constituição Federal em 1988. Organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), o ATL reúne todos os anos delegações de mais de 100 povos vindos de todas as regiões do país. Segundo a organização do evento, quatro mil indígenas de mais de cem povos participaram das atividades do acampamento, realizado entre os dias 23 e 27 de maio.



Foto: MNI

Aos poucos, as estruturas de bambu e lona foram tomando o gramado próximo ao Memorial dos Povos Indígenas. Boa parte dos participantes chegaram de ônibus após enfrentar muitas horas e até dias de viagem, vindos de

todas as regiões do país. No último dia de atividades os indígenas realizaram uma manifestação e percorreram os dois lados da Esplanada dos Ministérios para protestar contra a redução dos direitos dos povos, considerada por eles “a mais grave e iminente ofensiva” dos últimos 30 anos. Os indígenas despejaram tinta vermelha durante o percurso de modo a simbolizar o sangue derramado nos conflitos agrários, decorrentes da luta por demarcações territoriais. A manifestação ocorreu pacificamente, sem registro de incidentes nas duas horas e meia de duração.

(Fonte: Equipe de Comunicação MNI)

Grileiros e madeireiros anunciam a morte de agricultores na região oeste do Pará

Ameaçados há seis anos por madeireiros e latifundiários do município de Trairão, região oeste do Pará, os agricultores Osvailinda e Daniel Pereira encontraram, no dia 20 de junho, duas covas ao saírem de casa para fazer a colheita de maracujá. Osvailinda e Daniel chegaram a Trairão em 2001 e conquistaram um lote de 100 hectares (cada hectare tem 10 mil m²) no Projeto de Assentamento Areia, comunidade São Mateus, conhecido por Areia 2, que fica a 40 km do município de Trairão. Decidiram que ali era lugar de sonhos e esperanças, “vou continuar plantando, amanhã vou plantar feijão, essa é a mi-

nha maior arma contra os que querem me matar”, disse Osvailinda ao sair da delegacia de polícia do município de Trairão (PA).

O projeto de assentamento de reforma agrária PA Areia que Osvailinda e Daniel escolheram para viver localiza-se na divisa dos municípios de Trairão e Altamira, e é a base de operação para a entrada e saqueio dos recursos naturais das unidades de conservação: Floresta Nacional do Trairão, Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio e Parque Nacional do Jamanxim. O PA Areia possui um longo histórico de conflitos agrários e mortes por exploração de madeira ilegal na Amazônia, além de uso de trabalho escravo. (Fonte: CPT BR 163)



Foto: Osvailinda

MEMÓRIA

Tomás e Pedro: duas vidas e uma causa

ANTÔNIO CANUTO E
ELVIS MARQUES*

No dia 2 de maio, quando completaram-se quatro anos da Páscoa de Dom Tomás Balduino, um dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), pessoas e mais pessoas lotaram o auditório da Universidade Estadual de Goiás (UEG), na Cidade de Goiás, a 140 quilômetros de Goiânia (GO), para a 4ª Semana Dom Tomás Balduino, que teve como lema: “Direitos Humanos não se pede de joelhos, exige-se de pé”.

Carlos Alberto Libânio, ou como é muito conhecido, Frei Betto, foi o responsável por analisar a “luta dos povos e a conjuntura atual de resistência”. A mesa de abertura contou ainda com as presenças da professora e prefeita da Cidade de Goiás, Selma Bastos (PT), Dom Eugênio Rixen, bispo da Diocese de Goiás, e a diretora da UEG, professora Débora Magalhães. “A Universidade é um espaço aberto, e ela só se justifica se for para manter um diálogo com aquilo que é desejo da sociedade. E é importante trazermos tudo aquilo que foi praticado por alguém que foi um entusiasta e constante educador como Dom Tomás”, expressou a diretora.

Em sua análise de conjuntura, Frei Betto abordou o avanço da direita no Brasil, e também contextualizou o processo histórico que desencadeou isso não apenas em nosso País, mas no mundo. Ao longo de sua fala, o frade dominicano enfatizou, por diversas vezes, a necessidade de “voltarmos ao trabalho de base. Voltar a reforçar os movimentos sociais. Todos! Indígenas, negros, mulheres, crianças, LGBTQI+ e Todas, movimentos de ONGs, de defesa étnicas, e etc.”



Foto: Elvis Marques - CPT Nacional

Confira abaixo alguns trechos da análise do religioso:

“Nós estamos vivendo uma conjuntura brasileira e mundial de avanço da direita” – A direita saiu do armário e a esquerda entrou. O que acontece é que, durante muito tempo, a esquerda teve uma forte hegemonia no cenário mundial através dos países socialistas. E desde que o Muro de Berlim [na Alemanha] desabou, em 1989, a direita passou a ter uma grande ofensiva, até porque o mundo, que era bipolar, dividido em dois grandes sistemas econômicos, capitalismo e socialismo, se transformou em um mundo ‘unipolar’.

“Tudo isso fez com que houvesse um recuo dos setores de esquerda” – Para vocês terem uma ideia, o Partido Comunista da Itália era o mais forte partido comunista de todos os países fora do âmbito da União Soviética e da China, e praticamente desapareceu. No Brasil, também nós temos fenômenos de recuo das forças de esquerda, principalmente das mais tradicionais, como setores comunistas, e praticamente quem restou ainda questionando o sistema capitalista e propondo outros mundos possíveis foram os movimentos populares vinculados com a causa dos mais pobres.

“Chegamos ao governo, não necessariamente ao poder” – Quem está no governo necessariamente não

está no poder. E nem sempre o poder quer estar no governo. E os governos populares progressistas agora desabam. E nós precisamos avaliar porque isso ocorre. Porque, por exemplo, a população da Nicarágua foi para a rua pedir a queda de Daniel Ortega [da linha Sandinista], que propôs uma reforma da Previdência de fazer inveja à proposta do [Michel] Temer? Muito pior do que o Temer propôs aqui no Brasil, porque além de aumentar a contribuição de 4 para 12%, ainda retirava 5% do salário. Felizmente aquele povo reagiu. Mas é uma vergonha para nós de esquerda ter de reconhecer isso.

“O Voo da Primavera”

No dia 3 de maio, no Cine Teatro São Joaquim, na Cidade de Goiás (GO), um ciclo que durou cerca de 10 anos começava a ser encerrado: a produção do filme “O Voo da Primavera”, que nem tinha esse nome quando começou a ser gestado durante uma conversa entre a cineasta Dagmar Talga e Dom Tomás lá na CPT em Uberlândia (MG). “Queríamos fazer um livro, mas já tinham vários sobre ele. Então pensamos de fazer um filme. Dom Tomás concordou, desde que não fosse uma biografia, e sim mostrar suas lutas e causas”, lembrou Talga.

O primeiro evento de pré-lançamento da produção ocorreu durante a Semana Dom Tomás, na Cidade de Goiás e depois em Goiânia, e depois

na Semana da Terra e das Águas Padre Josimo (TO). Já no último dia 8 de maio, o longa-metragem foi lançando oficialmente na 20ª edição do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica), na Cidade de Goiás.

Padrinho e afilhado

No final do mês de maio, entre os dias 23 e 30, em Goiânia, celebrou-se também a 4ª Semana Dom Tomás Balduino, à qual se incorporou a celebração dos 90 anos de Dom Pedro Casaldáliga. Com o lema “Duas vidas e uma causa”, o evento buscou destacar a forte relação construída entre Tomás e Pedro, desde que este chegou ao Brasil. Uma relação de apadrinhamento. Os dois se consideravam padrinho e afilhado.

Tomás foi decisivo para que Pedro aceitasse sua nomeação como bispo. Os dois beberam das mesmas fontes, o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín. Isso fez com que eles assumissem as mesmas causas e defendessem as mesmas bandeiras. Sempre lutaram com muita firmeza em defesa dos direitos dos indígenas e dos camponeses, e estiveram juntos na criação do Cimi e CPT. Tomás e Pedro foram perseguidos pela ditadura militar e denunciados por Dom Sigaudo, como defensores de ideias comunistas.

Várias atividades marcaram esse evento em Goiânia: o Seminário para comemorar os 50 anos de Medellín, com assessoria do padre José Oscar Beozzo e uma exposição fotográfica de Douglas Mansur sobre Pedro, intitulada “90 anos, 90 fotos”. No Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), no dia 29, ocorreu um debate sobre o filme “Anel de Tucum”, com a participação do secretário adjunto do Cimi, Gilberto Vieira. À noite, um painel destacou a importância e o significado de Pedro Casaldáliga e Tomás Balduino para a questão agrária e aos movimentos populares. Já na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), no dia 30, houve uma roda de conversa sobre Educação Popular e Direitos Humanos na construção de um Projeto Popular para o Brasil.

*Colaborador da CPT Nacional e Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

ASSEMBLEIA NACIONAL DA CPT

“A história é o lugar teológico da esperança”

30ª Assembleia Geral da CPT debate mercadorização dos bens naturais e elege nova direção e coordenação nacional para o próximo triênio.

CRISTIANE PASSOS*

Reunidos na cidade de Goiânia (GO), nos dias 4 e 5 de abril, agentes da CPT, trabalhadores e trabalhadoras rurais acompanhadas pela Pastoral em diversos estados, debateram o processo de financeirização e mercadorização das terras, e as conjunturas agrária e política nacionais. Assessorados pelo economista e membro da diretoria da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Guilherme Delgado, os participantes da Assembleia analisaram conjuntamente como todo o cenário agrário piorou do ponto de vista da conflituosidade, de 2015 para cá. Isso, na verdade, de acordo com Delgado, já vinha caminhando de longa data, desde que o agronegócio se constituiu como parte política e não apenas econômica do processo, a partir do segundo governo do Fernando Henrique Cardoso, o que aumentou consideravelmente após o golpe de 2016. “Com isso, a investida do capital sobre as terras tradicionais e, também, sobre esse grande espaço das

eleição sozinha nesse contexto, sem pensar um processo institucional. Precisamos pensar as pistas para o futuro sempre naquela leitura de que a história é um campo dos sinais da salvação, dos sinais da esperança. A história é o lugar teológico da esperança”, completou.

Para Delgado, o capitalismo no século XX, muito por força do socialismo, da guerra fria e das lutas, realiza um certo compromisso com o estado de bem-estar, com a social democracia, pelas vias das políticas públicas. A Constituição brasileira de 1988 é a aplicação desse ideário de compromisso com a convivência com esse estado de bem-estar. Na conjuntura já existiam processos muito ensaiados de regressão dos direitos sociais básicos. Os direitos políticos e civis não estavam em discussão nem no campo da direita. A partir do impeachment, isso tudo entrou em linha regressiva, de forma planejada e predita nos moldes do plano econômico do PMDB, chamado “Ponte para o Futuro”. Então vieram a PEC do Teto dos Gastos, a reforma trabalhista,

entre outras reformas nefastas.

“Vou lembrar da provocação feita em 2014 nos discursos do Papa no Encontro com os movimentos populares, dos três ‘t’: terra, trabalho e teto. Ele repetiu isso no encontro com os movimentos na Bolívia em 2015 e em 2016. Se vocês forem ler os discursos do Papa, ele

sempre coloca essa antinomia de terra, trabalho e teto como antítese à idolatria ao dinheiro. Ele busca isso num antropólogo teológico, Karl Polanyi. Ele está observando o movimento de constituição do capitalismo na Europa, que é a mercadorização das relações sociais estruturantes da sociedade, como terra, trabalho e dinheiro. Quando a sociedade transita do mundo feudal para o capitalismo constituído, esses três

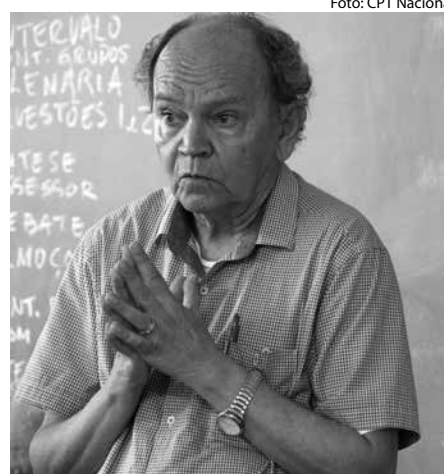


Foto: CPT Nacional

ção social para civilizar o mundo capitalista”, disse o assessor.

Guilherme lembrou, ainda, que “quem está em crise profunda é a sociedade política, a sociedade civil está cada vez mais reativa e ativa em criar meios e modos de reagir e se proteger. Os partidos, com exceção do PT que está sendo demolido, estão todos sendo abafados pelo sistema financeiro. O sistema financeiro se apropriou com tal força do sistema público, que propagou a completa idolatria do dinheiro, a dominação da mídia, e dos aparatos de propaganda. Uma verdadeira ditadura invisível. De forma simbólica o sistema visualiza na figura do Lula a única ameaça visível para ser vingada. O sistema financeiro na crise, exacerba as despesas criando uma dívida impossível de ser sanada, e assim você condena as gerações futuras a um processo de dependência de uma dívida pública, criada de forma ilimitada, para manter a sociedade cativa”.

mercados vão mostrar uma tendência à mercantilização da sociedade. Para o Karl Polanyi aí está a porta de entrada para a barbárie. Pois no trabalho vemos as pessoas, e transformar o trabalho em uma mercadoria é algo desumanizante. Transformar um recurso natural como a terra em mercadoria é caótico do ponto de vista da natureza. Baseado nisso ele vai trabalhar a ideia do direito social, político e agrário como condi-

Eleita nova direção e coordenação nacional para o próximo triênio

Durante a Assembleia, Dom André de Witte, bispo de Ruy Barbosa, na Bahia, até então vice-presidente da CPT, foi eleito como presidente da entidade. Dom José Ionilton, bispo de Itacoatiara, no Amazonas, foi eleito vice-presidente. Os dois bispos irão compor a direção nacional da CPT. Jeane Bellini, agente histórica da CPT nos regionais Araguaia/Tocantins e Mato Grosso; Ruben Siqueira, agente da CPT Bahia e um dos coordenadores, por dez anos, do Projeto São Francisco Vivo e Paulo César Moreira, agente da CPT no Mato Grosso, foram reeleitos para a coordenação executiva nacional. Isolete Wichinieski, agente da CPT Goiás e articuladora das CPT's do Cerrado também foi eleita para o cargo. Edmundo Rodrigues, agente da CPT Araguaia – Tocantins e Paulo André, agente da CPT Minas Gerais, serão os suplentes desta gestão da

coordenação executiva nacional.

A Carta da Assembleia destacou que, a conjuntura política e agrária nacional demonstram que quando “não matam fisicamente, assassinam reputações, como estão tentando fazer neste momento com o Padre Amaro, da CPT em Anapu, no Pará, companheiro e sucessor da Ir. Dorothy. Uma trama diabólica de fazendeiros e autoridades pretende desmoralizá-lo pessoalmente e eliminar seu trabalho em defesa das comunidades camponesas que vivem das florestas e a elas protegem... As resistências populares no campo revelam mais da luta de classes atual na sociedade nacional e internacional, e também os caminhos possíveis de enfrentamento desde os territórios locais, em redes e articulações mais amplas”.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



Foto: CPT Nacional

terras públicas, onde a grilagem reina, vem com tudo. Toda situação de crise, e de crise aguda, tem um lado muito ruim, mas na realidade as crises vão criando as condições e possibilidades para o avanço. Não podemos ficar abafados e abatidos pelo momento da conjuntura”, analisou Guilherme.

“Temos um ano eleitoral e um processo institucional muito confusos e críticos também. Não basta olhar a

CRIMINALIZAÇÃO

A luta de Padre Amaro por justiça

MÁRIO MANZI*

No contexto em que o mandante da morte de Dorothy Stang deixa a prisão, Padre Amaro segue preso após sofrer acusações provenientes de um grupo de fazendeiros

Preso desde 27 de março deste ano, José Amaro Lopes de Sousa, agente da Pastoral da Terra em Anapu, no Pará, e também pároco da Paróquia de Santa Luzia de Anapu, da Prelazia do Xingu, teve o pedido de *habeas corpus* negado no dia 04 de junho. Alvo de uma sequência de acusações, provenientes de um grupo de fazendeiros, Amaro segue detido no Centro de Recuperação Regional de Altamira (CRRALT).

Os supostos crimes imputados ao pároco listavam, inicialmente, associação criminosa; ameaça; extorsão; constrangimento ilegal; assédio sexual; esbulho possessório; lavagem de dinheiro; contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor; como também violação às regras do direito canônico.

Em análise ao inquérito da Polícia Civil, do qual constam os supostos crimes imputados a Amaro, a assessoria jurídica da CPT, a SDDH e a Prelazia do Xingu questionam a validade das acusações, uma vez que as denúncias partiram de um grupo de dez fazendeiros, conforme explica o documento: “O que chama a atenção é que muitos desses fazendeiros foram retirados das terras que ocupavam ilegalmente, por decisão judicial em ações propostas pelo INCRA, a partir do ano de 2005. Ou seja, todos esses fazendeiros foram convocados a irem até a Delegacia de Anapu, não para registrar boletins de ocorrência de ocupações de suas propriedades, mas sim, para acusar o PADRE AMARO de liderar todas as ocupações de terras ocorridas no município de Anapu desde que Dorothy era viva.”

Padre Amaro, considerado sucessor da missionária Dorothy Stang, assassinada em Anapu, em 2005, dava

seguimento ao trabalho de Irmã Dorothy junto a posseiros e assentados, na defesa ao acesso à terra bem como em questões relativas à preservação do meio ambiente. Assim, a CPT considera o inquérito como um instrumento de criminalização indevida, que possui como objetivo desmoralizar e macular a imagem de Padre Amaro, comprometendo o trabalho do religioso junto aos camponeses da região de Anapu.

Advogado da CPT, José Batista Afonso faz uma análise da conjuntura que levou à perseguição instrumentada pelo grupo de fazendeiros. “Estamos vivendo uma inversão da situação. Se antes havia toda uma luta dos camponeses sendo vistos como vítimas de um processo de violência do latifúndio, através da ação de pistoleiros, de grileiros, agora, através de uma ação articulada de fazendeiros, é percebida uma tentativa de inversão disso. Quem era acusado de ser criminoso, pistoleiro, grileiro, passa a ser vítima. E os camponeses que sempre sofreram a violência, foram assassinados e tiveram suas lideranças ameaçadas, agora passam a figurar como acusados, criminosos. Esta é uma tentativa dos latifúndios de deslegitimar a luta dos camponeses naquela região, desqualificar o trabalho da CPT e tentar garantir o controle das terras públicas griladas naquela região de Anapu”.

A prisão

O centro de recuperação para onde Padre Amaro foi levado é o mesmo onde o fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como ‘Taradão’, cumpria pena de 30 anos, condenado como mandante do assassinato de Dorothy Stang. Cumpria. Regivaldo foi posto em liberdade após o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), con-



Foto: Arquivo CPT Nacional

ceder, no dia 24 de maio, *habeas corpus* ao condenado.

Desde a prisão do pároco, a CPT tenta a sua libertação. Foi realizada uma campanha em cinco diferentes línguas, solicitando à relatora do pedido de *habeas corpus* de Padre Amaro, a desembargadora Vania Lucia Carvalho da Silveira, a libertação do religioso. No dia 4 de junho, no entanto, a Justiça do Estado do Pará negou o pedido por unanimidade. Diante o fato, a diretoria e a coordenação da CPT expuseram, em Nota Pública, indignação com a decisão de manter Padre Amaro preso e afastado do trabalho pastoral que realizava em Anapu, ao mesmo tempo em que Regivaldo Pereira Galvão foi posto em liberdade.

Apoio

Desde a prisão de Padre Amaro, o religioso tem recebido uma série de manifestações em apoio ao trabalho pastoral e em repúdio à manutenção da prisão do religioso.

Reunidos em Aparecida (SP),

na 56ª Assembleia Geral da CNBB, os bispos da Amazônia assinaram, no mês de abril, carta de apoio ao padre manifestando preocupação com a criminalização dos agentes pastorais e das lideranças populares.

Realizada nos dias 04 e 05 de abril, a 30ª Assembleia Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), debateu com agentes pastorais, bispos e trabalhadores e trabalhadoras o processo de criminalização de lideranças que resultou na prisão preventiva de Padre Amaro. À ocasião foi produzida carta de apoio e solidariedade a Amaro.

Organizações nacionais e internacionais como Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil)

e Ccfd-terre solidaire / Secours Catholique – Caritas France declararam solidariedade a Padre Amaro. Em vídeo, as atrizes Bete Mendes e Cristina Pereira do Movimento Humanos Direitos (Mhud) também demonstraram preocupação com a prisão, pedindo a libertação de Amaro.

Em diligência ao Pará no fim do mês de maio, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) tratou de questões como a prisão do religioso. O deputado Luiz Couto (PT/PB), presidente da Comissão, pediu agilidade em casos como o do padre “temos a certeza que ele é um injustiçado e precisa ser libertado o quanto antes. A procuradoria agrária precisa agir diante desta atrocidade”, frisou Couto.

A defesa de Padre Amaro vai recorrer ao Superior Tribunal de Justiça, de modo a requerer a imediata liberdade do religioso.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

MULHERES

CPT realiza Encontro Nacional de Mulheres

Reunindo cerca de 30 agentes da Pastoral, de todo o país, o Encontro refletiu sobre Estado, família e propriedade, a partir da perspectiva de gênero e do olhar das mulheres.

CRISTIANE PASSOS*

Nancy Cardoso, agente da CPT e pastora metodista, contribuiu na assessoria da atividade, a partir da análise das três dimensões fundamentais do nosso corpo. São elas o corpo social, aquele que convive e atua junto aos outros corpos, o corpo pessoal, que deve atender e satisfazer as necessidades e vontades do indivíduo, e o corpo do mundo, esse que supre, incessantemente, as necessidades dos corpos sociais e pessoais.

“Como garantir o meu corpo, no corpo social e no corpo do mundo? Uns chamam de ecofeminismo e outros de ecofeminismo socialista. A capacidade

maioria das pessoas do mundo não tem acesso ao corpo do mundo. Para a maioria, a relação das pessoas com o corpo do mundo se dá no mercado, através da mediação do dinheiro. É nesse quadro que nós estamos, destacou a pastora. O acesso e a vivência no corpo do mundo se organiza, geralmente, através do desejo, da vontade e da necessidade. “A gente vive desejo e vontade no corpo social também, a gente não se organiza somente pela necessidade. Os buracos também são excessos. Mas até isso o mercado se apropria. Viver é também esse lugar da vontade e do desejo. Uma luta muito funcionalista, somente defendendo o acesso à necessidade, acaba não conversando muito com as pessoas”, pontuou. A religião, também é uma mediação do corpo social. É mais uma das linguagens nessa relação entre corpo social e corpo do mundo.

O encontro trouxe, ainda, tais discussões para a realidade do dia a dia de trabalho na CPT e os desafios que as mulheres enfrentam no ambiente de trabalho da Pastoral. Para Fátima Beatriz, agente da CPT em Rondônia, “tenho observado em nossos encontros que nós mulheres sabemos o que está errado e até o que fazer, mas a preocupação com a família e, principalmente, a causa que defendemos, nos impedem de fazer o que tem que ser feito. Temos, também, a ilusão e/ou a esperança que o outro vai mudar, sem precisar de atitudes drásticas!”.

de pensar tridimensionalmente. Trazer o mundo para o nosso corpo, isso é a capacidade de viver. Viver é usar os nossos buracos. O nosso corpo não é uma coisa sólida, ele é basicamente buracos e é por eles que a vida passa, entra e sai. Todo nosso corpo é poroso. Viver é isso. O corpo do mundo, a terra, também é um corpo de buracos. Fazemos uma troca, o corpo do mundo com o nosso corpo social. Saciamos nossa fome por exemplo. É no corpo social que os corpos individuais organizam seus corpos, desejos e vontades. Os corpos sociais organizados em corpos coletivos em relação aos corpos do mundo, isso é viver e se organizar em sociedade”, analisou Nancy.

Todos têm suas necessidades, existe um trabalho e uma organização social do trabalho que se dá na organização social do poder, para mediar essas relações. E a



Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

Família, propriedade privada e Estado

Engels tenta entender a formação do estado moderno a partir da formação da família e da propriedade privada. Não há uma resposta somente biológica, ou somente familiar ou somente religiosa para falar sobre a opressão histórica sobre as mulheres. Até o mundo comunitário, até as sociedades primitivas, as mulheres tinham mais liberdade sexual. O surgimento do Estado e da propriedade privada se dá num momento em que se consolida a opressão das mulheres no seio das famílias. Na passagem da organização primitiva para a tributária que se deu essa pressão sobre a mulher para reproduzir, de tal maneira para servir a essa elite recém constituída, para criar servos para essa estrutura servil. O mito do amor romântico, da mesma forma, surge junto com a burguesia, quando você não tem mais o trabalho do servo.

O capitalismo precisa desse trabalho não pago e explorado das mulheres em casa para fazer o sistema funcionar. Só é possível pagar salário mínimo dentro do capitalismo, porque tem essa extensão do trabalho doméstico “semiescravo” da mulher, à serviço do lar. Caso isso tudo fosse remunerado, não seria possível. Família hoje é uma célula básica de organização do consumo. Por isso a romantização dessa exploração é um artifício utilizado há séculos como controle dessa estrutura.

Em seu texto “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, Engels destaca “a mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher, tal como aparece abertamente sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e mais ainda dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado”.

Nancy destaca que não podemos discutir campesinato sem debater a questão de gênero e o patriarcado, pois o próprio acesso à terra se dá a partir da célula familiar. Da mesma forma que não há como discutir a opressão e exploração das mulheres, sem entrar na discussão da economia, como pilar sustentador desse processo.



Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

VIOLÊNCIA

Massacres no campo: prática o poder sobre os corpos

O ano de 2017, no aspecto da violência no campo, superou várias estatísticas, e levou o campo brasileiro aos patamares na forma de massacres, que se concentram, assim como em décadas atrás, na região amazônica.

ELVIS MARQUES*

A fotografia que estampa a capa da publicação “*Conflitos no Campo Brasil 2017*” diz muito sobre o que foi o ano de 2017 para as populações do campo brasileiro. Na imagem de autoria de Caio Mota, Janete da Silva, de 32 anos, aparece com seu filho e suas três filhas no dia em que ocorreu o sepultamento das pessoas mortas no massacre de Colniza (MT). Ela é viúva de Edison Alves Antunes, 36, um dos nove mortos no crime ocorrido na Semana Internacional de Luta Camponesa, que faz memória aos 19 trabalhadores sem-terra assassinados por policiais do Pará, no caso que ficou conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás. A história de Janete contrasta com a de várias pessoas que tiveram seus entes queridos assassinados, seja por policiais ou pistoleiros.

O crime brutal em Colniza seria apenas o primeiro de uma série de cinco massacres, que ceifaria a vida de 31 pessoas no ano passado, o que representa 44% do total de mortes no campo em 2017 – foram 71 assassinatos, maior número dos últimos 14 anos. Em pouco mais de um mês, ocorreram os massacres de Colniza, Vilhena (RO), e Pau D’Arco (PA), com 22 pessoas mortas. “Números de massacres, próximos aos de 2017, foram registrados somente no ano de 1985, com 10 casos, e em 1987, com seis casos. Em nenhum dos 16 casos, o número de mortes, por evento, chegou perto dos registrados nesse ano. Ainda para reforçar a singularidade da violência no período atual, desde 1988 não se registrava, num único ano, mais do que dois massacres”, analisa, em “*Conflitos no Campo Brasil 2017*”, o professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Cláudio Maia.

Os agentes da Pastoral da Terra



Foto: Caio Mota

em Marabá (PA), Airton dos Reis Pereira e José Batista Afonso, enfatizaram, também na publicação da CPT, o quão bárbaro têm sido os massacres, principalmente na região amazônica, e destacam: “é possível identificar o grau de brutalidade, crueldade e punição pela dor, uma verdadeira arte de fazer sofrer, teatro do terror. Cadáveres degolados, carbonizados, ensanguentados, desfigurados”. Para eles, essas práticas têm como objetivo escancarar, para o povo que luta por terra, “os recados dos grandes proprietários rurais escritos com caligrafias sangrentas. [...] por essa razão, se pode entender porque os corpos foram expostos para que fossem vistos. São práticas que procuram explicitar o poder sobre os corpos, não só dos mortos, mas também dos vivos”.

1985 a 2017

Em 10 de agosto de 2017, motivada pelos três massacres que haviam ocorrido até então, a CPT desenvolveu uma página especial em seu site com objetivo de visibilizar os massacres no campo entre os anos de 1985 e 2017, e mostrar para a sociedade que esse tipo de crime é mais uma das estratégias utilizadas para expulsar os povos e comunidades de suas terras e territórios. A Pastoral da Terra considera “massacre”, conforme sua metodologia, casos que envolvam um número de mortes igual ou superior a três pessoas.

Em 32 anos, a CPT já registrou 47

massacres que vitimaram 223 pessoas em dez estados brasileiros. O Pará lidera esse ranking com 26 massacres e 125 pessoas mortas. Rondônia vem em segundo lugar com 7 massacres e 34 vítimas. Percebe-se, ainda, que a Amazônia Legal concentra esse tipo de crime – dos 47 massacres registrados, 38 ocorreram nesta região.

Massacres em 2017

Colniza (MT) – 9 pessoas mortas

Data: 19 de abril de 2017

Local: Distrito de Taquaruçu do Norte, no Assentamento Guariba, município de Colniza (MT).

Vítimas: Aldo Aparecido Carlini, Edison Alves Antunes, Ezequias Santos de Oliveira, Fábio Rodrigues dos Santos, Francisco Chaves da Silva, Izau Brito dos Santos, Samuel Antônio da Cunha, Sebastião Ferreira de Souza e Valmir Rangeu do Nascimento.

O caso: Os nove posseiros foram assassinados por quatro pistoleiros, contratados por um empresário madeireiro. Os pistoleiros encapuzados chegaram à comunidade, invadiram barracos e mataram as pessoas com tiros de armas calibre 12 e com golpes de facão. Algumas das vítimas foram mortas enquanto trabalhavam na terra. Outras foram torturadas, e dois foram degolados. Em dezembro de 2017, a Justiça do MT acolheu denúncia

do Ministério Público por homicídio triplamente qualificado contra quatro acusados de participar da chacina.

Vilhena (RO) – 3 pessoas mortas

Data: 29 de abril de 2017

Local: Fazenda Jatobá, Linha 90, Gleba Corumbiara, Distrito de São Lourenço, perímetro rural de Vilhena (RO).

Vítimas: Valdinei Assis da Silva, 35, Yure Silva, 24, e Geovane Alves de Jesus, 32.

O caso: Os corpos dos três trabalhadores foram encontrados queimados dentro de uma caminhonete. Segundo denúncia da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), os homens foram mortos pelo fato de apoiarem a luta por reforma agrária de famílias sem-terra que atuavam na região de Vilhena. Na mesma fazenda, em 2015, cinco trabalhadores haviam sido assassinados, sendo que três haviam sido queimados ainda vivos – crime até hoje impune. Segundo informações recentes, a polícia identificou um homem suspeito de cometer o crime, porém ninguém ainda foi preso.

Pau D’Arco (PA) – 10 pessoas mortas

Data: 24 de maio de 2017

Local: Fazenda Santa Lúcia, Acampamento Nova Vida (hoje Acampamento Jane Júlia), município de Pau D’Arco (PA).

Vítimas: Jane Júlia de Oliveira, Oseir Rodrigues da Silva, Nelson Souza Milhomem, Wedson Pereira da Silva, Weclebson Pereira Milhomem, Bruno Henrique Pereira Gomes, 20, Hércules Santos de Oliveira, 20, Regivaldo Pereira da Silva, 33, Ronaldo Pereira de Souza, 41, e Antônio Pereira Milhomem, 50.

O caso: Os nove homens e a mulher foram executados por policiais militares e civis do Pará durante uma suposta operação para cumprir mandados de prisão. Ao longo desse período após o mas-

NO CAMPO

Buscas que buscam explicitar os mortos e dos vivos

nos anos dos anos 1980. Os assassinatos, crescentes ano a ano, vieram também

sacre, os 17 policiais civis e militares réus no processo foram presos, soltos, presos e, agora, podem ser liberados a qualquer momento novamente. Em abril, durante três semanas, ocorreram, em Redenção (PA), as audiências de instrução e julgamento, quando os réus, testemunhas de defesa e de acusação depuseram. A expectativa da defesa das vítimas é que os policiais sejam pronunciados pelo juiz, e, assim, encaminhados para o Tribunal do Júri. Além disso, uma nova equipe da Polícia Federal foi designada para investigar a possível participação de mandantes neste crime.

Lençóis (BA) – 6 pessoas mortas

Data: 06 de agosto de 2017

Local: Comunidade Quilombola de Iúna, em Lençóis (BA).

Vítimas: Adeilton Brito de Souza, Gildásio Bispo das Neves, Amauri Pereira Silva, Valdir Pereira Silva, Marcos Pereira Silva e Cosme Rosário da Conceição.

O caso: Os seis quilombolas foram mortos a tiros por homens até hoje desconhecidos. A Polícia Civil informou que cada vítima recebeu de quatro a cinco tiros. Com muita rapidez, a polícia atribuiu o crime ao tráfico de drogas. Mas foi a partir do momento em que a comunidade foi certificada como território quilombola, em 2015, que começaram as situações de violência e ameaças. Em 2017, duas lideranças da comunidade já haviam sido mortas. Atualmente, o inquérito policial corre sob sigilo. Todavia, mesmo após toda a problemática de conflitos por terra citados, a polícia segue a linha de investigação relacionando o crime com o tráfico.

Canutama (AM) – 3 pessoas mortas

Data: 14 de dezembro de 2017

Local: Igarapé Araras, município de Canutama (AM).

Vítimas: Flávio de Lima Souza, Marinalva Silva de Souza e Jairo Feitosa Pereira.

O caso: Ameaçadas de morte, as três pessoas desapareceram quando faziam um

levantamento sobre a quantidade de lotes na localidade, a fim de enviar um relatório ao Incra para o processo de regularização da área, que é pública, e que fora ocupada em 2015 por 316 famílias. O Exército, bombei-

ros, policiais civis e militares realizaram buscas, sem sucesso, pelos desaparecidos. Sem esperança de encontrar os três com vida, a operação foi suspensa na véspera do Natal do ano passado.

Feridas pós Massacre de Pau D'Arco

Foto: Thomas Bauer - CPT Bahia



“Os policiais ficam falando que houve confronto. Mas confronto nada. Meu pai quando chegou, eu o vi com cinco marcas de bala na cara e duas no peito”. A afirmação, feita durante entrevista no mês de abril no município de Redenção (PA), é do adolescente e estudante do 9º ano, Tiago Pereira*, de 16 anos. Ele é filho de Jane Júlia e de Antônio Pereira, conhecido como Tonho, ambos mortos no massacre de Pau D'Arco.

No fundo do quintal da casa de sua tia, em uma área ampla, nos sentamos para conversar ao redor de uma mesa, que já reuniu por diversas vezes a família para almoços e jantares. Mas desde o dia 24 de abril de 2017 que essa mesa está com vários lugares vagos, isso porque sete membros da mesma família estão entre os mortos no massacre. “Eram todos de casa. O Nelson [Souza Milhomem] morou um bom tempo com nós. O Clebson [Weclbson Pereira Milhomem] foi vizinho nosso. O Guri [Regivaldo Pereira da Silva] se mudou para perto de nós. Era uma família normal, todo mundo próximo”, lembra o rapaz.

O que você se lembra do seu pai e da sua mãe? E onde vocês moravam antes da ocupação?

Nós morávamos em uma chácara de meio alqueire a uns cinco quilômetros de Redenção. Meu pai era tudo para mim. Ele era uma pessoa ótima, não tinha mau humor com ele. Ele era assim comigo e com as outras pessoas também. Nós tínhamos nossa chacinha e nosso plantio de maracujá, coco, e minha mãe tinha umas hortaliças e frangos também, tudo para vender aqui na

rua [Redenção]. Eu achava bom demais, ficar na fazenda, com os dois.

Sua mãe, pelos relatos das pessoas que a conheceram, era uma pessoa que tinha um forte espírito de liderança. Você se lembra disso?

Sim. Ela fazia reuniões, ligava para cada uma das pessoas [da ocupação] para dizer, por exemplo, que tal dia teria uma reunião. Era uma líder nata mesmo, que corria atrás das coisas. O pessoal gostava muito dela, e tinha ela como uma amigona. Sempre que as pessoas pediam ajuda, ela estava ali pronta para ajudar, mesmo que não pudesse, ela tentava correr atrás.

Você já havia ido ao acampamento?

Eu tinha ido lá umas duas ou três vezes antes de acontecer o negócio [o massacre]. Eu ajudei o meu pai a fazer a casinha lá, ajudei a cercar um pouco da frente do lote, a fazer a estrada até o barraco. Mas eles tinham a preocupação de eu estar lá e acontecer alguma coisa, e foi o que aconteceu, pois eu acho que se eu estivesse lá também, não ia ser dez, ia ser onze.

O que você se lembra do dia do massacre?

Estavam comentando que eles [o pai e a mãe, e outras pessoas] seriam presos. Era

um sábado à noite, e eu lembro como se fosse hoje. Meu pai saiu, disse que ia passar só uns cinco dias lá no acampamento. E minha mãe foi na terça-feira [dia 23], e na quarta já aconteceu tudo. Quando eu recebi a notícia, eu tinha acabado de levantar, e aí a minha tia me ligou e falou o que tinha acontecido. E cheguei lá [no Hospital de Redenção], e vi o que tinha acontecido, e que era verdade. Quando os corpos chegaram de Marabá e Parauapebas, já chegaram todos com mau cheiro, tudo podre. Os dez estavam podres. Aí já machucou ainda mais. Porque foi terrível.

Você relatou todas as dificuldades nesse um ano, mas pensando no futuro, quais são seus sonhos?

Meu sonho é me formar e dar um futuro para o meu filho [de um ano e meio]. Deus tirou, mas também me deu, o meu filho. E eu tenho alguém que precisa de mim, como eu precisava do meu pai e da minha mãe. Minha mãe era apegada demais com ele, no pouco tempo que conviveu com ele, ave maria. Era o xodó dela e do meu pai. Quero dar um bom futuro para meu filho. E espero que daqui para lá os nomes do meu pai e da minha mãe sejam limpos.

Saiba mais sobre os massacres no campo: www.cptnacional.org.br/mnc/

**Nome fictício por conta de o entrevistado ser menor de idade e também por questão de segurança.*

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2017

Lançamento do relatório anual da CPT destaca o aumento da violência no campo e dos conflitos pela água

A atividade teve início com a palavras de Dom Leonardo Steiner, secretário geral da CNBB, que destacou a manutenção da violência no campo. Já Dom André, presidente da CPT, chamou a atenção para a importância do trabalho de documentar todos os anos esses dados e da significativa denúncia que eles representam.

CRISTIANE PASSOS*

Carlos Walter Porto-Gonçalves, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), destacou a importância do trabalho de utilidade pública que a CPT faz com o relatório Conflitos no Campo Brasil, desde 1985. “A qualidade e o rigor que esses dados são tratados são inquestionáveis”, disse ele.

“Do ponto de vista epistemológico é um momento de abertura de compreensão da realidade da sociedade. É o contraponto da ideia de que o agro é tudo. As contradições e as dimensões que não aparecem no dia a dia. O conflito pela água em Correntina, é a mudança no uso da terra. As populações sempre usaram a água da superfície e já não podem mais usar. A população em desespero ocupa uma fazenda de ponta e quebra tudo. Como dizem os zapatistas, há raivas que são dignas. A água tinha que ter um destino digno”, analisou o professor.

De acordo com os dados da CPT, mais de 60% dos conflitos pela água foram protagonizados por mineradoras. 33 conflitos, 17%, aconteceram no contexto das hidrelétricas. Outros 26 conflitos, 13%, em áreas dominadas por fazendeiros. No contexto dos conflitos pela água, em área de mineradora, registrou-se um assassinato em Barcarena, Pará. Fernando Pereira, liderança da Comunidade de Jardim Canaã, fortemente impactada pela operação da mineradora Hydro Alunorte, e membro da Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia - Cainquiama, foi



Foto: CPT Nacional

assassinado a tiros no dia 22 de dezembro de 2017. A organização estava envolvida na denúncia de conflitos fundiários na região e no combate aos crimes socioambientais protagonizados pela Hydro, que explora bauxita para produção de alumínio e tem um rol extenso de ilícitos cometidos ao longo de mais de três décadas. Minas Gerais concentrou o maior número de conflitos pela água, 72 ocorrências, seguido da Bahia com 54.

Adalgisa Maria de Jesus, a dona Nena, trouxe o depoimento do levante popular de Correntina, na Bahia. De um povo que se revoltou por ver seu bem mais precioso ser usurpado, a água. “Água é a vida de cada um e cada uma de nós. Correntina ficou conhecida depois daquele 2 de novembro de 2017, pouca gente conhecia. O povo de Correntina está perdendo esse bem precioso que é a água. As comunidades por conta da falta da água começaram a não conseguir mais fazer o engenho funcionar. Começou a ter apagão e a faltar energia também. E perceberam que era quando a fazen-

da Igarashi funcionava a pleno vapor, que a cidade ficava desabastecida. Isso não está certo. Além disso ela tinha um piscinão que se enchesse, não correria mais água dentro do rio. O povo não aguentou e foi lá e quebrou os diques que estavam secando o rio. Ninguém vai morrer de sede nas margens do rio Arrojado e ninguém vai morrer parado, sem lutar!”.

“Se tem tanto conflito isso indica que tem problemas, apesar de muitos dizerem que o campo não é mais tão importante no cenário nacional”, destacou o professor Carlos Walter. Desde 2015 há um crescimento exponencial da violência no campo. “Eu analisei o período de 2015 a 2017 como um período de ruptura política, e ao compará-lo aos anteriores, cheguei à média de homicídios de 60,6. Entre os anos de 2011 a 2014, durante

ascensão do governo Temer já iniciou suas ações levando as questões agrárias para a Casa Civil, tirando a expertise de quem sempre trabalhou com esses temas e levando para a esfera política as questões técnicas e específicas do campo. Da mesma forma fizeram com a Funai, colocando em risco o trabalho especializado que se precisa ter com essas questões”.

Para Polliane Barbosa, do acampamento Hugo Chávez, no Pará, despejado em dezembro de 2017, e dirigente nacional do MST no estado, há um aumento das opressões sobre todos trabalhadores brasileiros em geral, sobretudo contra camponesas e camponeses que lutam por terra, água e liberdade. Para ela, os números contidos no relatório da CPT evidenciam a luta que ela e tantos trabalhadores e trabalhadoras vivem em seu dia a dia no Brasil. “São dados que quantificam uma realidade concreta da qual trabalhadores do campo tem sofrido no nosso país. Eles partem da concretude da luta por terra!”.

Ao analisar os dados de violência, Antônio Canuto, membro fundador da CPT, destacou que é possível identificar que o lado mais “macabro” de 2017 foram os massacres. Do total de mortos, 31 pessoas morreram em cinco massacres pelo país. 71 assassinatos foi o maior número registrado desde 2003, quando se computaram 73 vítimas.

“É 16,4% maior que em 2016, quando houve o registro de 61 assassinatos, praticamente o dobro de 2014, que registrou 36 vítimas”, apontou Canuto.



Foto: CPT Nacional

o governo Dilma, a média foi de 33,7. Portanto, estamos em um momento muito mais violento”.

Para a subprocuradora da República, Débora Duprat, “a ruptura do pacto constituinte de 2015, com a

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

HENRI VIVE

Acampamento celebra vida e legado de Frei Henri

ELVIS MARQUES*

Frei Henri, francês que chegou ao Brasil na década de 1970, viveu e lutou neste País ao lado de muitos trabalhadores e trabalhadoras. Advogado do povo, Henri faleceu em Paris, na França, no dia 26 novembro de 2017. Após a cerimônia de cremação, a urna com as cinzas do religioso passou por inúmeros espaços celebrativos em terras brasileiras, principalmente no Pará. Neste estado, onde o dominicano dedicou décadas de sua vida, uma capela para abrigar suas cinzas foi construída no acampamento que carrega o seu nome.

O mês de abril no Acampamento Frei Henri, situado no município de Curionópolis (PA), foi de muito trabalho para todos e todas. Um esforço realizado em mutirão, algo que com certeza o religioso ficaria muito contente em ver. Todos e todas ali trabalhavam em torno de um objetivo: construir a “eterna morada do Frei Henri”.

No acampamento, gente de todos os lugares do País e do mundo. Crianças, mulheres, homens, jovens, que participaram, no dia 14 de abril, do ato religioso, depois um ato político, entrega de honrarias e depois, claro, um grande almoço no acampamento. Muita fartura nas mesas, que alimentaram centenas de pessoas que foram ali, na ocupação, para celebrar a história de Henri. “Frei Henri, além de santo, é um revolucionário que toda a esquerda do Brasil deve homenagear”, disse, durante o ato político no acampamento, João Pedro Stédile, membro da direção nacional do MST.

Alain Burn de Roziers, sobrinho do advogado popular, esteve no Brasil para acompanhar todas as cerimônias em homenagem ao seu tio. Ele demonstrou, para as centenas de pessoas presentes no evento, que conhece muito sobre a vida de seu tio nesta terra, principalmente sobre a entidade que o religioso dedicou a vida, a CPT. “Através de seus amigos, ou seja, através de vocês, que eu venho descobrindo realmente o trabalho do Henri. Eu conhecia o trabalho



Foto: Thomas Bauer - CPT Nacional

da Comissão Pastoral da Terra. Mas encontrar com vocês, cruzar com vocês, na terra de vocês, para mim é algo muito forte. A luta que o Henri travou aqui no Brasil, no Pará, eu vou tentar levá-la e partilhá-la na França, pois lá também precisamos levantar”, disse Alain.

No início da tarde, após o término do ato religioso, a urna com as cinzas de Frei Henri seguiu, nas mãos de Aninha (Ana Souza Pinto), agente histórica da CPT em Xingua-ra, e Frei José Fernandes, Provincial dos Dominicanos, para a Capela construída pela comunidade para ser a eterna morada do religioso. “Frei Henri está presente, pois a gente até sente o pulsar do seu coração”, entoavam os/as jovens – palavras que logo ganharam a força da multidão ali presente.

Reconhecimento

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), criada em 2013 pela presidenta eleita Dilma Rousseff (PT), aprovou e concedeu, por unanimidade, o primeiro título de Doutor Honoris Causa – pós-mortem da instituição a Frei Henri. O reitor Maurílio Monteiro entregou as honrarias para Jeane Bellini, integrante da Coordenação Nacional da CPT, Aninha e Alain Roziers.

Aninha, que conviveu e traba-

lhou por anos com Henri, também agradeceu a iniciativa da Universidade, e ressaltou a parceria com a instituição de ensino. “Nos sentimos extremamente honrados. E o Henri quando recebia alguma homenagem, ele sempre dizia: ‘O que tem de ser evidenciado não é a pessoa, mas são as grandes causas que essa pessoa assume e defende durante a sua vida. E essa homenagem deve ser um chamamento, para que sejamos cada vez mais militantes dessas grandes causas’”, destacou.

Castanheira

No Acampamento Frei Henri, a ponte que dá acesso às roças da comunidade guarda uma história muito

interessante, assim como diversas outras que envolvem o advogado popular. Segundo diversos moradores do acampamento, Henri gostava muito de uma Castanheira enorme e bela, que se destacava entre as casas da ocupação. Na sombra da árvore, comemorou alguns aniversários, e sempre que ia ao acampamento, a árvore era parada obrigatória.

Frei Henri faleceu em Paris no dia 26 de novembro, e seu Raimundo Ferreira, conhecido como Neguinho, contou o que ocorreu cerca de 24 horas depois. “A gente recebeu a notícia da morte dele. No dia seguinte, a castanheira caiu”, relatou. Todos e todas no acampamento fazem questão de contar esse acontecimento e ressaltar a relação que o religioso tinha com a árvore, tradicional da Amazônia. “Ele falava para as crianças que quando morresse queria ser enterrado debaixo da castanheira”, conta Ferreira.

Após o fato, parte da grande árvore que Henri tanto gostava, cerca de 10 metros, foi utilizada para ligar o acampamento aos alimentos produzidos pelas famílias. “Construímos uma ponte sobre um córrego que corta a comunidade para nosso povo passar para ir para as roças do acampamento”, afirma o acampado. Antes da ponte, as famílias, para acessarem as plantações, precisavam fazer um percurso maior e mais arriscado: saíam da área, passavam pela rodovia movimentada e só depois que chegavam na roça.

“O Frei Henri era uma figura que transmitia paz, serenidade, amor, e compaixão”
Isabella Moreira, 23, militante do MST

“Um cara que era capaz de se indignar com a dor dos outros”
Antônio Filho, 27, voluntário da Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo

“Lutamos pela terra na Fazenda dos Quagliatos e por outras também na companhia de Frei Henri”
Izabel Rodrigues, 53, assentada e integrante do Setor de Produção do MST

“O Frei Henri nos ensinou a brigar contra as injustiças”
Luiz Magno, 40, membro do Assentamento Dina Teixeira (PA)

“Para o Frei Henri, nós eramos uns guerreiros que estavam lutando para sobreviver”
Raimundo Ferreira, 70, membro do Acampamento Frei Henri

FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA

Contraponto ao Fórum das Corporações, FAMA reúne 7 mil pessoas em Brasília

ELVIS MARQUES*

No dia 20 de março, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília (DF), o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi (PP-MT), ao participar do Fórum Mundial da Água (lê-se Fórum das Corporações), afirmava que “90% da produção agrícola no Brasil utiliza água das chuvas, e que apenas 10% do setor utiliza água captada por sistemas de irrigação”. Enquanto o “Rei da Soja” apresentava absurdas informações e dados, povos e comunidades do campo e da cidade, cerca de sete mil, a uns três quilômetros dali, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, reafirmavam a luta contra qualquer tipo de privatização e defendiam a água como um bem comum, em referência ao lema do Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA): “Água é direito, não mercadoria”.

O FAMA, realizado entre os dias 17 e 22 de março (Dia Mundial da Água), é um contraponto ao autointitulado Fórum Mundial da Água, que reúne, há oito edições, empresários e chefes de Estado, que defendem, por exemplo, a privatização das fontes naturais e dos serviços públicos de água. Nos dois primeiros dias, o fórum alternativo ocorreu na Universidade de Brasília (UnB), onde foram realizadas cerca de 180 atividades autogestionadas – organizadas de forma autônomas por movimentos e organizações populares. Em consonância com a programação em Brasília, diversas manifestações ocorreram no país, como a Marcha em Defesa das Águas em Aracuaí (MG), ato na Hidrelétrica de Belo Monte (PA), ocupação da linha de trem da Vale S.A no município de Pedra Corrida por atingidos pela Samarco de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Ao longo desses dias, as milhares de pessoas reunidas no FAMA participaram, além das quase 200 atividades autogestionadas, da Assembleia das Mulheres e das Águas, Assembleia Internacional das Águas, Assembleia



Foto: Guilherme Weimann - MAB - FAMA

dos Povos Originários e Tradicionais, e uma grande manifestação de encerramento do fórum pelas ruas da Capital Federal, onde o povo do campo e da cidade pôde denunciar os conflitos por água que assolam o Brasil e outros países no mundo.

Diálogos e Convergências

“Água – bem comum: Diálogos e Convergências” foi o tema de uma das atividades autogestionadas articulada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, da qual a CPT faz parte, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, tni e Abrasco. O indígena Willames Borari Munduruku – que carrega duas etnias em seu nome por causa de sua companheira – reside em uma das 64 aldeias na região de Santarém (PA). Ele vive em uma aldeia próxima ao encontro das águas dos rios Tapajós e Amazonas, o que coloca os/as indígenas em “uma luta muito grande pela questão da água”, relatou. Ele analisou que a região amazônica brasileira é um território onde o “governo sempre quis ocupar nosso espaço, mas jamais chegou para nos consultar. Sofremos com vários ciclos: do ouro, da borracha e agora a soja”.

Isolete Wichinieski, integrante da coordenação nacional da CPT,

falou sobre a importância do Cerrado e a problemática sofrida pelo bioma, que está no coração do Brasil e faz uma interligação com os outros biomas brasileiros. “Dito o movimentador da economia brasileira, o agronegócio está aí causando grandes problemas aos nossos biomas e ecossistemas”, afirmou ela, que destacou que o “agronegócio tem explorado e desmatado, por exemplo, as chapadas, que são responsáveis por alimentar os aquíferos”. Hoje, pontuou Isolete, o Código Florestal permite o desmatamento de 80% do Cerrado. “Desmatando, como vamos garantir água no Brasil e para países da América Latina?”, questionou Wichinieski.

Professor da Universidade do México, Oscar Esquero pesquisa há anos sobre as águas dos aquíferos e discorreu, durante as oficinas no FAMA, sobre erros que seu país cometeu em relação às águas, disse, ainda, esperar que essa experiência contribua para que o Brasil não siga os mesmos passos. “A exploração de

mais profunda, uma das primeiras consequências foi a instabilidade do solo. “A Cidade do México, por exemplo, tem esse problema de perda de estabilidade. No caso de lá, com o esvaziamento das águas subterrâneas, um fenômeno que ocorreu também foi a água do mar entrando nos aquíferos. Em uma região, a água do mar entrou 25 quilômetros no subsolo”, contou o professor. Outro problema, enfrentado principalmente pelos camponeses e camponesas, é que, com o esvaziamento dos aquíferos, águas de poços, represas e rios, por exemplo, têm descido para o subsolo, deixando assim as comunidades sem o bem comum.

Confira alguns trechos da Declaração Final do FAMA 2018:

– Também estamos aqui para denunciar a 8ª edição do Fórum Mundial da Água (FMA), o Fórum das Corporações, evento organizado pelo chamado Conselho Mundial da Água, como um espaço de captura e roubo das nossas águas. O Fórum e o Conselho são vinculados às grandes corporações transnacionais e buscam atender exclusivamente a seus interesses, em detrimento dos povos e da natureza.

– Os povos têm sido as vítimas desse avanço do projeto das corporações. As mulheres, povos originários, povos e comunidades tradicionais, populações negras, migrantes e refugiados, agricultores familiares e camponeses, e as comunidades periféricas urbanas têm sofrido diretamente os ataques do capital e as consequências sociais, ambientais e culturais de sua ação.

– Declaramos que as águas são seres sagrados. Todas as águas são uma só água em permanente movimento e transformação. A água é entidade viva, e merece ser respeitada.



Foto: Matheus Alves - FAMA

águas subterrâneas começou, principalmente, depois da Segunda Guerra Mundial. Com maquinários cada vez mais tecnológicos, iniciou essa exploração, que reflete hoje nos problemas do país com a água”, contextualizou. Com a exploração de água cada vez

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT / Coletivo de Comunicação do FAMA 2018



Ao menos sete ativistas foram assassinados na Colômbia nos últimos dois meses

Desde o final do mês de maio, ao menos sete ativistas e representantes sociais colombianos morreram. Carlos Jimmy Prado Gallardo, Julio César Montalvo, Orlando Negre e o ex-combatente das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC - EP), Fradi Chica, foram mortos entre a madrugada do dia 02 de junho e o final da tarde de 03 de junho, na Colômbia. Os ativistas foram assassinados em meio à perseguição que enfrentam os combatentes das comunidades colombianas. Segundo o correspondente da Telesur na Colômbia, Manuel Jiménez, Carlos Jimmy Prado era delegado nacional do espaço de consulta prévia dos negros afrocolombianos no departamento de Nariño e defensor dos direitos humanos. O líder social foi morto no município de Satinga (Nariño).

A Subcomissão de Direitos Humanos e Garantias Cumbre Agraria Campesina Étnica y Popular informou que a úl-

tima vez que viram Prado foi no espaço da sessão de consulta prévia, realizada com o governo em 1º de junho. Às 4 da manhã, ele foi para o seu território. Orlando Negre era o presidente do conselho de ação comunitária de Camu, localizado no estado de Córdoba. Jiménez também confirmou o assassinato na mesma região do líder indígena Julio César Montalvo, na área do Zenú Resguardo, que era irmão de um governador indígena. Segundo correspondente da Telesur na Colômbia, o assassinato do ex-combatente Fradi Chica ocorreu no município de Ituango, estado de Antioquia. O jornalista salientou que desde 28 de maio foram mortos pelo menos sete líderes e representantes sociais. Jiménez disse que o Estado colombiano não conseguiu impedir as mortes de combatentes, nem avançou nas investigações em meio à implementação dos pontos do acordo de paz colombiano. *(Com informações de Opera Mundi e Telesur)*

O feminismo toma o Chile

Um tsunami feminista ganhou força como resposta positiva às ocupações universitárias demandando o fim do assédio.

No Chile, maio foi tomado pelo lilás. Isso se deve a um verdadeiro tsunami feminista que dominou a discussão pública no país e ganhou os meios de comunicação. Trata-se de uma resposta positiva à força das ocupações das universidades por coletivos feministas de dentro e fora do movimento estudantil, em denúncia aos casos de violência sexista e para demandar o fim do acobertamento institucional dos assediadores por parte das reitorias. Assédios e abusos superam 100 denúncias por ano nas universidades chilenas e a demanda é por melhorias nos mecanismos para denúncias e celeridade nos processos.

As primeiras ocupações surgiram dia 17 de abril na Faculdade de Humanas da Universidad Austral (UACH), em Valdivia, e logo outros estados foram se somando às reivindicações. Juntamente com organizações feministas paralelas às federações estudantis, as #TomasFeministas geraram uma petição em solidariedade às companheiras de Valdivia. Rapidamente as ações de apoio articuladas com outras universidades foram ganhando peso e no dia 27 de abril juntou-se à greve a



Foto: Raul Landino - Mídia Ninja

faculdade de Direito da Universidad de Chile (Santiago). O descontentamento e a raiva se converteram em debate nacional porque as feministas haviam ocupado e paralisado mais de 35 universidades. Em reuniões entre ministros, painéis de especialistas no assunto “gênero e feminismo” na televisão, meios de comunicação de rádio e televisão aberta, grupos de amigos, na mesa de almoço de domingo: só se fala em feminismo. Em linhas gerais, as ocupações feministas em suas demandas vêm exigindo: formação na comunidade acadêmica com perspectiva de gênero, medidas de prevenção, fortalecimento dos mecanismos estabelecidos, eliminação os conflitos de interesses, respeito a identidades de gênero e nomes sociais, entre outras demandas. *(Fonte: Carta Capital)*

Argentinas e argentinos se mobilizam para votação da Lei do Aborto

Milhares de argentinos - contra e a favor da legalização do aborto - se mobilizaram nas ruas e nas praças - para a votação de um projeto de lei, no dia 13 de junho, que dividiu opiniões. A Argentina permitia interromper a gravidez apenas em casos de estupro e de risco para a vida ou a saúde da mãe. Na Argentina ocorrem 500 mil abortos clandestinos por ano - 60 mil acabam dando complicações e terminam em internações. “Os números demonstram que, apesar da proibição, as mulheres continuam abortando. Quem é de classe média e vive na capital pode dar um jeito, sem correr risco de vida”, disse a jornalista e ativista Mariana Carbajal. “Mas, para as pessoas de baixo recursos ou que vivem



no interior, não ter acesso a uma clínica, onde possa abortar legalmente, representa um risco de vida. Ignorar isso é ignorar a realidade”.

A Argentina foi pioneira na legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo e na aprovação

de uma lei que permite aos transexuais escolher o nome e gênero que querem colocar no documento de identidade. Mas, por razões pessoais, religiosas e políticas, os presidentes argentinos têm evitado abrir um debate sobre o aborto. Isso mudou em março. Em discurso no Congresso, o presidente Mauricio Macri surpreendeu os argentinos, ao apoiar o início de um debate que, segundo ele, “tinha sido postergado durante os últimos 35 anos”.

No dia 13 de junho, a Câmara dos Deputados iniciou a votação do projeto de lei, que legaliza o aborto até as 14 semanas. Depois disso, a gravidez só poderá ser interrompida em casos de estupro, se representar um risco para a vida e a saúde da mãe, e também

se o feto tiver alguma malformação, “incompatível com a vida extrauterina”. Os médicos terão o direito de se negar a praticar abortos, por questões de consciência, mas nesse caso os centros de saúde precisam providenciar profissionais suficientes que possam realizar a operação e cumprir a lei. Organizações de defesa dos direitos humanos, como a Anistia Internacional e as Mães da Praça de Maio, também se somaram à campanha em favor do aborto. Já as organizações pró-vida contam com o apoio do Vaticano. Por 129 votos a 125, o texto foi aprovado, já no dia 14, na Câmara e agora terá que ser submetido ao Senado, considerado mais conservador que a Câmara dos Deputados. *(Fonte: Agência Brasil)*

PÁGINA BÍBLICA

Como o Pai me enviou, eu envio vocês - O caminho das primeiras comunidades

SANDRO GALLAZZI*

Na edição passada concluímos os comentários aos Evangelhos de Jesus. A partir desta edição vamos acompanhar as reflexões de Sandro sobre o caminho que as primeiras comunidades percorreram.

O que significou o espírito de Pentecostes para esta comunidade de 120 pessoas? (At 1,16-14; 2,1-4). O número 12 é simbólico. Não sabemos se era esse exatamente o número de pessoas. Mas se trata do povo novo. O povo novo, as novas tribos de Javé instaladas em Jerusalém.

É uma comunidade formada por três grupos: os apóstolos, as mulheres, com Maria e os irmãos, os familiares de Jesus.

Quando o espírito desce, há um envio. Saem às ruas, às praças e fazem o anúncio, o anúncio mais perigoso? Aquele que vocês mataram, Deus o ressuscitou, o fez Senhor (At, 2,22-24,36).

Para eles, o Senhor é Jesus de Nazaré que os sacerdotes mataram como blasfemador e os romanos como subversivo (Mt 26,65; Lc 23,5). Para eles é o KYRIOS, é o Senhor. É ele que tem a vida, é a quem Deus mostrou seu poder de vida estando ao lado da pessoa que o Templo e o Palácio romano condenaram à morte.

Quantas vezes no livro dos Atos dos Apóstolos se fala do Nome. O Nome era Javé. Agora o Nome, para este grupo, é Jesus.

Dizem de Jesus o mesmo que dizia de Javé: é o Senhor!

Dizem de Jesus o mesmo que diziam de César: é o Senhor!

Passam assim a ser blasfemadores e subversivos, como o mestre.

“VOCÊS O MATARAM, MAS DEUS O RESSUSCITOU, É O SENHOR”

Anunciar ao Senhor é romper com a lógica de dominação do templo e do palácio. É optar por um modo diferente de conviver. É a opção por um projeto de fraternidade. “Tinham

tudo em comum ... partiam o pão nas casas ... ninguém considerava suas as coisas que possuía ... viviam em alegria e simplicidade” (At 2,42-47).

Para o resto, Pedro, Tiago, João, André eram hebreus que viviam como os demais hebreus segundo seus costumes e práticas. A novidade do grupo é que além do nome de Javé, tinham o nome de Jesus e tentavam uma convivência diferente.

Memória e Projeto

Por causa da fidelidade a este Nome e a esta convivência é que este grupo se distancia pouco a pouco dos demais. No momento do conflito, vão buscar ser fiéis a esta memória e a este projeto e, pouco a pouco, vai crescer a consciência de sua própria identidade, que os levará, mais tarde, a chamar-se “igreja”, “cristãos” (At 11,26).

Mais uma vez, serão os conflitos que marcarão o caminho deste grupo.

O conflito com o Sinédrio

O capítulo 3 do livro dos Atos lembra este episódio. O lugar do primeiro conflito é o Templo de Jerusalém. Pedro e João chegam aí e dizem ao paralítico: “Não temos nem ouro, nem prata. Mas o que temos, te damos: Em nome do Senhor Jesus levanta-te e anda” (At 3,6). Este fato os leva a proclamar abertamente no templo, a memória de Jesus (At 3,12-26).

Imediatamente o Sinédrio processou os dois (At 4,5). O mesmo Sinédrio que condenou Jesus à morte dois meses antes, agora processa Pedro e João. O supremo tribunal, a autoridade máxima para os judeus.

A ordem do Sinédrio é a de não usar nunca mais este Nome. O Sinédrio quer apagar a memória de Jesus. Pedro então diz: Vocês que são o tribunal, julguem. Nós temos que obedecer a Deus ou aos homens? (At 4,19)

Com uma só palavra, Pedro não reconhece a autoridade do Sinédrio



drio como portadora da vontade de Deus. O que vocês dizem não é vontade de Deus. Para entender o peso desta afirmação pensemos em um católico que diante de uma ordem da cúria vaticana, diz: “eu vou obedecer a Deus, não aos homens”.

Eles continuarão sendo hebreus, mas não têm mais o Sinédrio como sua referência. O conflito os faz caminhar.

O Sinédrio não condenou Pedro e João à morte porque havia um fariseu muito inteligente, chamado Gamaliel que foi mestre de Paulo, que disse: “se o que eles fazem vem dos homens, mesmo que não os matemos, sua obra perecerá, se vem de Deus, ainda que os matemos, sua obra prosseguirá” (At 5,34-39).

O Conflito com a Sinagoga

O segundo conflito acontece com a sinagoga, ou melhor, com a maneira judia de organizar-se (ver o cap. 6 de Atos).

Com o Sinédrio o problema era o Nome. Agora o problema é o PÃO, o projeto de convivência.

Há um problema interno da comunidade que diz respeito à convi-

vência, à fraternidade, à solidariedade. Na panela comunitária que distribuía a sopa às viúvas, havia uma diferenciação: as mulheres viúvas dos hebreus legítimos recebiam um tratamento melhor que as mulheres viúvas dos judeus que vinham do mundo grego, os chamados prosélitos (cf. At 6,1).

Aqui aparece um sério problema: dentro da mesma comunidade continua o pensamento antigo que o judeu de nascimento é o de primeira categoria e o judeu que nasceu pagão, ainda que se converta ao judaísmo, continua sendo de alguma forma impuro.

Por isso, dentro da sinagoga os prosélitos não podiam ter nenhuma função oficial, somente um judeu podia atuar na sinagoga: ler, explicar a palavra, presidir a oração, etc.

A comunidade tem que resolver o problema porque o que está em discussão é a igualdade, a fraternidade. O projeto está sendo afetado por este problema. A solução é simples e interessante.

Pedro chama a sete homens de origem grega para que se encarreguem da panela comunitária. Se o problema é dos gregos que eles o resolvam (cf At 6,2-6). Nesta lista não há um só nome judeu. A eles Pedro impõe as mãos reconhecendo-lhes o direito de ter uma tarefa dentro da comunidade.

Ele se desculpa com os judeus dizendo: a oração e a palavra ficam conosco. A parte importante: oração e palavra pertence aos judeus. A distribuição da sopa, que é uma coisa secundária, a fazem os gregos. Pelo menos os gregos não se esquecerão de suas viúvas.

Só que um deles, Estevão, não se conforma com distribuir a sopa às viúvas, quer usar a palavra, exercer o ministério da palavra e começa a operar prodígios e sinais como os apóstolos e a discutir com outros judeus e prosélitos (At 6,8).

(Na próxima edição vamos ver em que isso vai dar).

INTERCÂMBIO

Lideranças de povos e comunidades tradicionais se reúnem para o VIII Encontro da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão

Durante os dias 7 a 10 de junho, cerca de 400 lideranças se reuniram na Comunidade camponesa de Gostoso, em Aldeias Altas, para fortalecimento da emancipação e autonomia dos povos.

ANDRESSA ZUMPARO E
INGRID BARROS*

“O espírito do outro fortalece o nosso espírito e esse é o processo que vivemos na TEIA”, em fala emocionada Oscar Gamella traz a força do VIII Encontro da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, que teve como tema “Retomar nossas raízes com luta e resistência defendendo o bem-viver”. O Encontro ocorreu entre os dias 7 e 10 de junho, na comunidade camponesa Gostoso, no município de Aldeias Altas (MA). “A Teia vai pra onde tem luta”, diz Kum’tum Gamella sinalizando que, não por acaso cerca de 400 lideranças de comunidades quilombolas, indígenas, pescadoras, quebradeiras de coco, camponesas e sertanejas se reuniram para compartilhar suas histórias e seus exemplos de resistência na comunidade de Gostoso, esta que tem como fama a rebeldia daqueles que lutam há décadas contra o mesmo opressor: a empresa Costa Pinto, que se tornou uma das organizações que realiza uma brutal especulação imobiliária diretamente relacionada com a expansão do agronegócio.

O dia 7 de junho marca o início do Encontro, com a chegada das dezenas de caravanas no território sede. Povos e comunidades tradicionais de todo o Estado adentram a comunidade com seus cantos e muito entusiasmo para mais uma reunião da TEIA, alguns em sua primeira ida, outros em sua oitava. “Eu to surpreso, a comunidade não esperava que vinha tanta gente, o encontro já começou”, relata Valdeci, o mais antigo morador de Gostoso, em meio à preocupação de anfitrião da casa. A preparação para o



Foto: Ingrid Barros

encontro ocorreu desde dezembro de 2017, num movimento que engajou toda a comunidade, que tem apenas 37 famílias, em que se revezavam entre os cuidados com a roça e a construção dos barracões.

Na manhã do dia 8, com os pés descalços, ao som de maracás e tambores, todo povo se reuniu em caminhada pelo território da comunidade. Palavras de ordem davam tom aos passos firmes que, no processo de levante da TEIA, marcam a quem o território pertence. “A opressão vem de cima e a nossa luta vem de baixo, começa pelos pés”, é o que se ouve de um indígena da etnia Gavião. Os rituais e cantorias presentes em todos os momentos do encontro mostram que a luta pelo território não se dá apenas na terra enquanto espaço físico, mas na preservação de seus espaços sagrados e de suas manifestações culturais.

Assim, os dias do encontro são feitos por momentos de denúncias e relatos, norteados por uma formação política genuína que vem do povo para o povo, uma sabedoria que vai dos rituais de cura e força, aos exemplos de resistência e luta. Logo, o espaço da TEIA significa uma caminhada que busca a emancipação e autono-

mia política, num exercício de organização interna e autodeterminação, da busca pela autoproteção, pela soberania alimentar e produtiva, por suas próprias formas de comunicação, além de uma busca por uma descolonização que perpassa pelas questões de gênero e fortalecimento da autonomia feminina. As crianças também fazem parte de todo esse processo, uma vez que desde cedo, com seus espaços de brincar, já possuem um sentimento de luta e entendimento da importância da manutenção do território livre. “Hoje com a Teia nós tivemos muitos avanços. Na teia é tecido o bem viver”, enfatiza um morador do quilombo Alto Bonito, comunidade que foi sede do sexto encontro, em 2017.

Sobre a TEIA

A Teia de Povos e Comunidades Tradicionais é uma articulação surgida das lutas populares no campo no Maranhão. Ela envolve centenas de comunidades e realiza encontros desde 2014, em cada edição é realizada em comunidades que estão no enfrentamento aos agentes opressores, que se personificam através da expansão do agronegócio, grileiros, grandes projetos industriais e da atuação do Estado através do desmonte de políticas públicas e das graves violações de direitos humanos e sociais. Em um processo pautado na descolonização, a luta por um território livre sem rumos e cercas é o principal mote para a junção de toda essa

gente, compreendendo que a luta do outro é também a sua luta.

A realização de tais encontros da Teia nos territórios ameaçados incrementam os processos de resistência e insurgência, tendo como base a autonomia política, fortalecendo a identidade coletiva e promovendo ações diretas dos povos envolvidos no aprofundamento de modos de vida historicamente silenciados dos espaços formais de decisão política estatal.

Movimento considerado pioneiro no Brasil, a TEIA dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão se faz fundamental na atual con-



Foto: Andressa Zumpano

juntura sociopolítica do Estado, que apresenta o maior número de ameaças de morte do país, foram 101 no ano de 2017, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra. Em meio à ofensiva de um sistema que caminha cada vez mais para a desapropriação de povos e comunidades tradicionais de seus territórios, a luta pela terra e o exemplo de rebeldia do povo de Gostoso, se faz necessário para a sobrevivência daqueles que são atingidos pela colonização em um lapso secular e sinalizam, a colonização ainda não se findou.

*Colaboradoras da CPT no Maranhão.

Cultura

Retratos: mulheres da CPT



For citation purposes, please use the following information:

Assine ou renove sua assinatura

Nome:

Endereço:

Exemplares:

Assinatura anual:

☐	Brasil	R\$	10,00
☐	Para o exterior	US\$	20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica

9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA